

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026

### RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ABERTO PRAZO PARA TRANSMISSÃO

#### Sumário

A QUEM CABE A DIVULGAÇÃO?.....	1
COMO DECLARAR O RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS:.....	3
PASSO A PASSO – COMO REGISTRAR O LINK (OU PDF) DA PUBLICIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL NO SITE GOV.BR.....	5

#### A QUEM CABE A DIVULGAÇÃO?

Reiteramos o parecer anteriormente enviado, a fim de informar que encontra-se aberto o prazo para **as empresas com mais de 100 funcionários** realizarem a declaração ou retificação do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios referente ao terceiro relatório.

Temos dois atos:

- Transmissão da declaração de igualdade salarial
- Publicização (e prova) no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Primeiro semestre de 2026** (passível de alteração pelo MTE)

Transmissão: até 28.02.2026

Publicização: até 31.03.2026

Página 1 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

**Segundo semestre de 2026** (passível de alteração pelo MTE)

Transmissão: até 31.08.2026 (conforme padrão anterior)

Publicização: até 30.09.2026 (conforme padrão anterior)

A Secretaria de Inspeção do Trabalho está emitindo comunicados através do sistema DET (domicílio eletrônico trabalhista) para fins de cumprimento do prazo estabelecido, conforme exemplo colacionado abaixo (com dados exemplificativos):

**Remetente:** Secretaria de Inspeção do Trabalho  
**Assunto:** CUMPRIMENTO DE PUBLICIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL  
**Data:** 05 fev 20:04

ser publicado nos sites eletrônicos das próprias empresas, nas redes sociais ou em instrumentos similares, garantida a ampla divulgação para todos(as) os(as) trabalhadores(as) do estabelecimento.

Informamos, ainda, que de acordo com o calendário de o terceiro RTS tem sua publicação prevista até o dia 31/03/ para todas as pessoas jurídicas com estabelecimentos com 100 empregados ou mais, conforme cronograma abaixo.

**CRONOGRAMA:**  
De de fevereiro - Prazo para enviar as informações pelo site Portal Emprega Brasil. <https://servicos.mte.gov.br/empregador/#/login>  
De março - As empresas devem avaliar os resultados do 3º relatório e publicá-lo até o dia 31 de março em suas plataformas digitais.

Mais informações pelo e-mail: [igualdadesalarial@trabalho.gov.br](mailto:igualdadesalarial@trabalho.gov.br)

A fiscalização tem o objetivo de reparar a discriminação salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo.

No relatório deverá conter as seguintes informações:

- a) o número total de trabalhadores empregados (separados por sexo raça e etnia);

Página 2 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

- b) cargo ou ocupação dos trabalhadores;
- c) valores de todas as remunerações (incluindo salário contratual, 13º salário, comissões, horas extras, adicionais noturnos, de insalubridade, descanso semanal remunerado, gorjetas, terço de férias, aviso prévio trabalhado e outras previstas em norma coletiva de trabalho).

A regra geral é que o relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios deverá ser divulgado a cada mês, nas competências de março a setembro de cada ano nos próprios sites das empresas e em suas redes sociais, garantindo a ampla divulgação para seus empregados e ao público em geral.

Se houver necessidade, o MTE poderá solicitar às empresas informações complementares.

### **COMO DECLARAR O RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS:**

A declaração deve ser realizada através do Portal Emprega Brasil, na área do empregador, através do link abaixo:

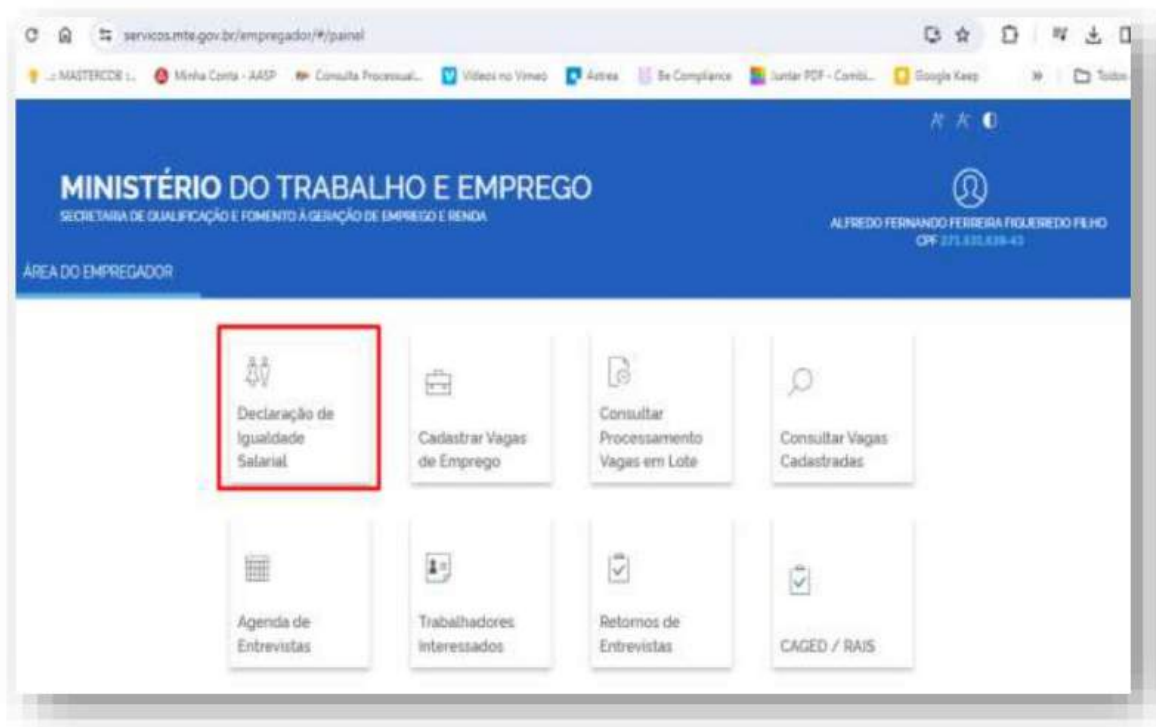
<https://servicos.mte.gov.br/empregador/#/>

Lembrando que o acesso se dará através login do GOV.BR.



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA



A declaração do relatório de transparência salarial e critérios remuneratórios, será realizada, na área do empregador, mais especificamente no ícone de declaração de igualdade salarial, conforme demonstrado na imagem abaixo:

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

### PASSO A PASSO – COMO REGISTRAR O LINK (OU PDF) DA PUBLICIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL NO SITE GOV.BR

#### 1. Acesso ao sistema

- a) Acesse o site oficial: <https://servicos.mte.gov.br/empregador/#/>
  - b) Clique em **“Entrar com gov.br”**.
  - c) Faça login utilizando o CPF do responsável pela empresa cadastrado como gestor no eSocial / Empregador Web.
  - d) Confirme a autenticação em dois fatores, se solicitada
2. No menu inicial, selecione **“Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios”**. (O mesmo módulo usado anteriormente para gerar o relatório em PDF).
  3. Dentro do menu do relatório, procure a aba ou botão **“Publicização do Relatório”** — é o ambiente específico para registrar o link ou o arquivo que comprova a divulgação pública
  4. Clique em **“Nova Publicização”**.
  5. O sistema abrirá um formulário eletrônico com os seguintes campos:
    - a) **CNPJ do estabelecimento** (preencher exatamente conforme consta no relatório).
    - b) **Data da publicação pública** (data em que o relatório foi efetivamente disponibilizado no site, intranet ou rede social).
    - c) **Tipo de publicização:**
      - a. “Link” (se o relatório estiver publicado em página pública do site);  
ou
      - b. “Arquivo PDF” (se preferir anexar o arquivo diretamente).
    - d) **Descrição do local de publicação** (exemplo: “Site institucional – aba Transparência / Compliance”).

Página 5 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

6. Se a opção escolhida for **“Link”**, copie o endereço completo da página onde o relatório foi publicado

(exemplo: <https://www.nomedasuaempresa.com.br/transparencia-salarial>).

6.1 Cole o link no campo indicado, atentando para:

- a) O link deve estar ativo, público (sem senha) e acessível por qualquer pessoa.
- b) A página deve conter o PDF oficial emitido pelo MTE/Dataprev, sem alterações.
- c) O título da página deve deixar claro que se trata do Relatório de Transparência Salarial.

7. Caso não queira inserir o link, marque a opção **“Anexar arquivo”**.

- a) Clique em **“Escolher arquivo”** e faça upload do PDF oficial gerado no sistema (não alterado).
- b) Verifique se o nome do arquivo segue padrão claro, como:  
Relatorio\_Transparencia\_Salarial\_CNPJxxxxxxxxxxxxx.pdf.

8. Revise todos os campos preenchidos: CNPJ, data, link ou anexo.

- a) Clique em **“Confirmar”** ou **“Enviar Publicização”**.
- b) O sistema exibirá uma mensagem de sucesso, com número de protocolo ou comprovante digital da operação.

**9. Emitir e guardar comprovante**

- a) Após o envio, acesse novamente o menu **“Histórico de Publicização”**.
- b) Localize o registro recém-enviado.
- c) Clique em **“Gerar comprovante”** ou **“Baixar protocolo”** (opção exibida em PDF).
- d) Salve o comprovante junto com:
  - i. Print da página pública do site mostrando o relatório;
  - ii. Cópia do PDF publicado;
  - iii. Data/hora da publicação.



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

- e) Guarde esses materiais em pasta compartilhada (Compliance / RH / Jurídico), garantindo rastreabilidade para auditorias e fiscalizações futuras.

### EM CASO DE ERRO OU ATUALIZAÇÃO

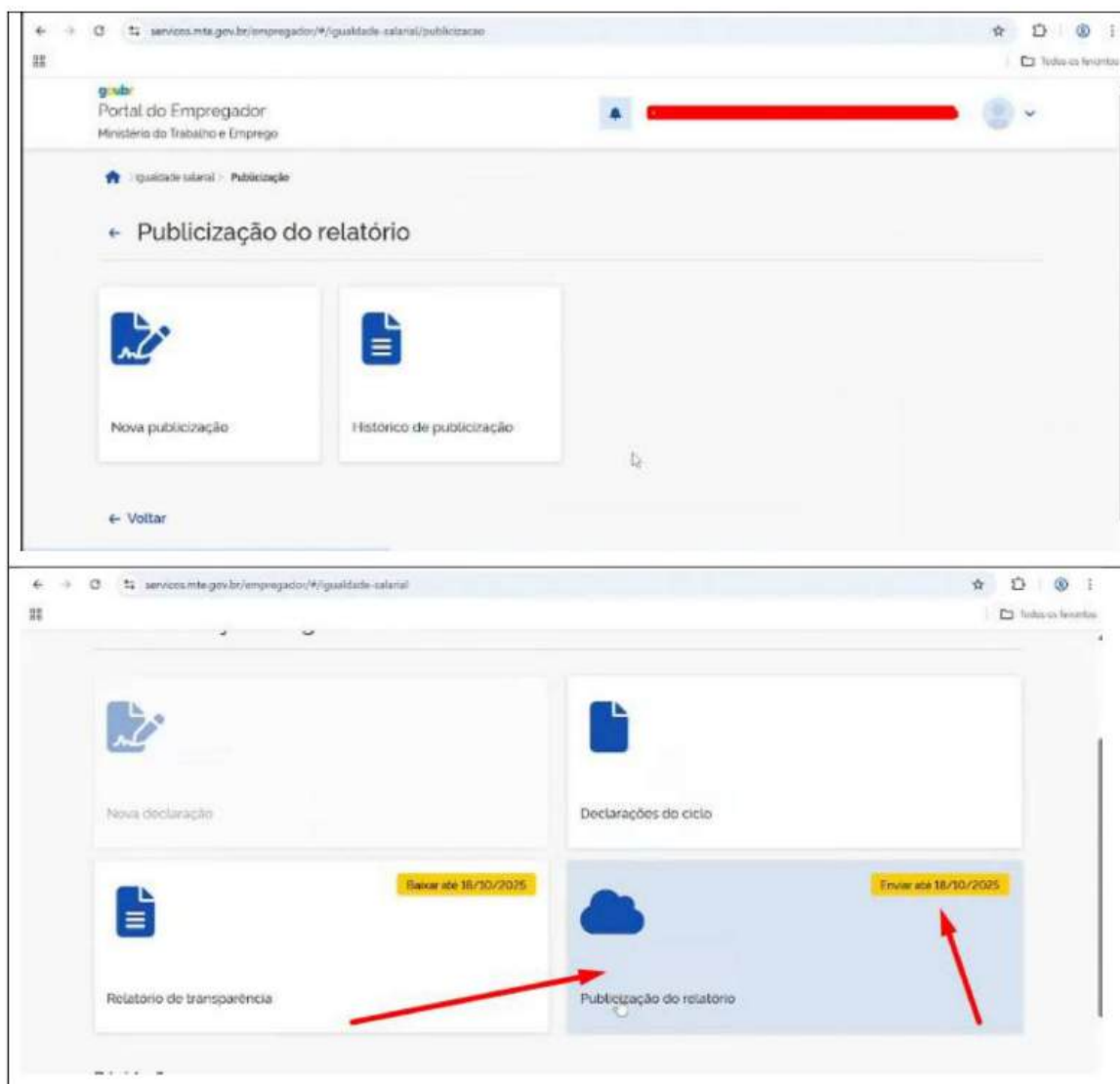
1. Se o link precisar ser alterado (por exemplo, mudança de domínio ou atualização da página), acesse novamente o módulo do relatório e vá até **“Histórico de Publicização”**.
2. Selecione o registro anterior e clique em **“Editar”** ou **“Nova Publicização”**, conforme opção disponível.
3. Insira o novo link ou arquivo, confirme o envio e emita novo comprovante.
4. Mantenha registro da alteração e o motivo, arquivado junto à documentação original.

Com o link publicado em canal público e o registro efetuado no Portal Emprega Brasil, a empresa passa a estar formalmente em conformidade com o ciclo atual da Lei nº 14.611/2023.

Recomenda-se arquivar todas as evidências em dossiê eletrônico nomeado “Transparência Salarial – 2025”.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA



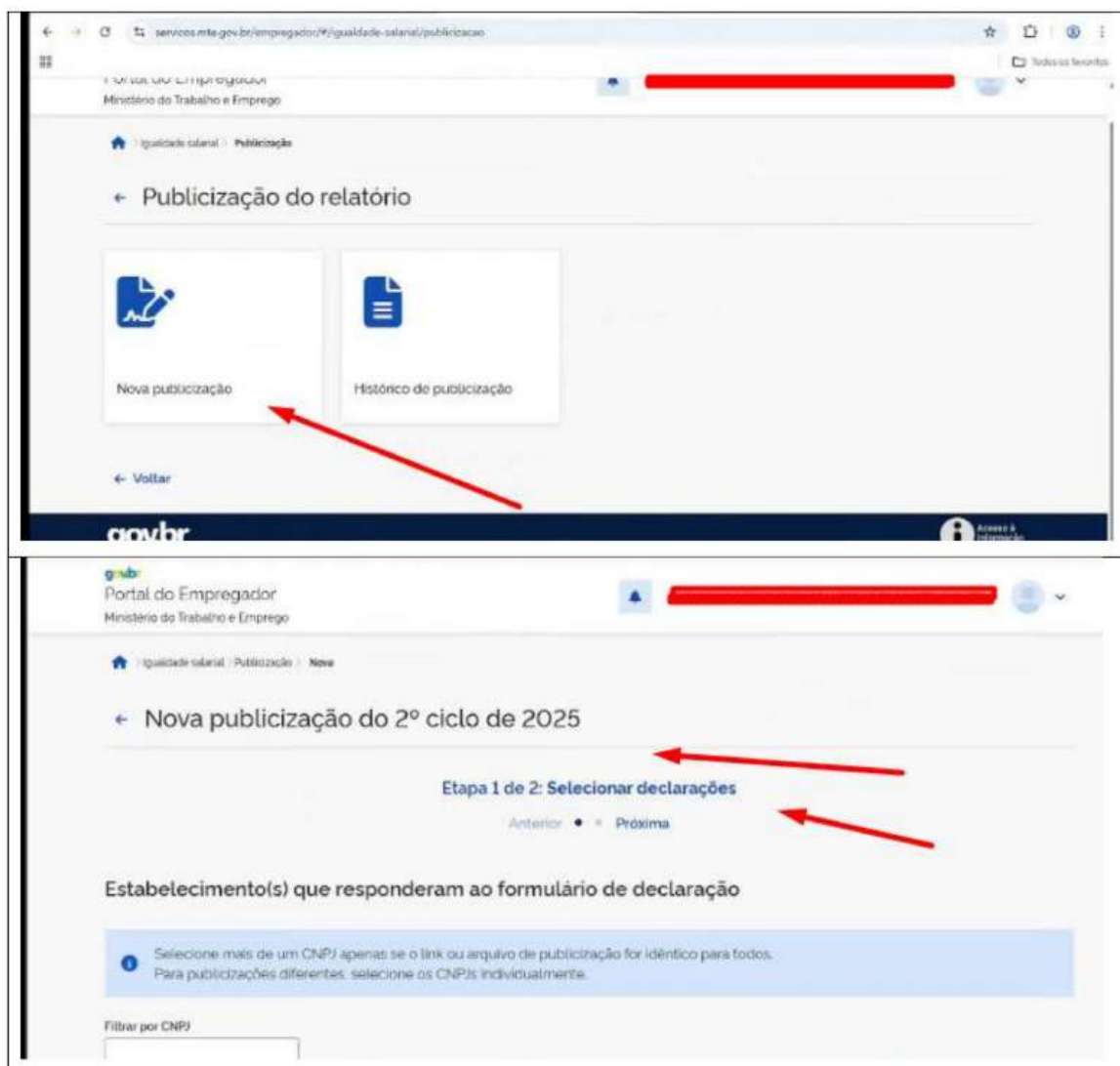
Página 8 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Etapa 1 de 2: Selecionar declarações

Anterior • Próxima

Filtrar por CNPJ

CNPJ	Data da entrega	Declaração realizada por	CPF de quem declarou	Ações
				+

Exibir 10 1-1 de 1 item

Página 1

Adicionar todos os estabelecimentos

Estabelecimento(s) selecionado(s)

CLICAR AQUI

Abaixo você poderá escolher se opta por colocar o link do site da empresa onde encontra-se publicado o relatório de transparência salarial, **ou ainda**, anexar um PDF que prove onde encontra-se este link.

Recomenda-se a inserção do link.

Portal do Empregador  
Ministério do Trabalho e Emprego

Qualidade salarial - Publicização - Nova

Nova publicização do 2º ciclo de 2025

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicação

Anterior • Próxima

Comprovantes

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicação do relatório.

Tipo de comprovante

☐ Arquivo

☐ Link

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Cole o link abaixo e clique em “adicionar link”.

servicos.mte.gov.br/empregador/#/igualdade-salarial/publicizacao/nova

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicização do relatório.

Tipo de comprovante

☐ Arquivo

☒ Link

Link externo

URL

Digite o URL

+ Adicionar link

Comprovante(s) adicionado(s)

Tipo	Valor	Ações
------	-------	-------

Ou se a sua opção foi pelo PDF, clique abaixo e anexe o arquivo pdf

servicos.mte.gov.br/empregador/#/igualdade-salarial/publicizacao/nova

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicização do relatório.

Tipo de comprovante

☒ Arquivo

☐ Link

Arquivo

Permitido apenas 3 arquivos de até 10 MB por estabelecimento com as seguintes extensões: pdf, jpg, jpeg, png

Anexo

Clique aqui para selecionar um arquivo

+ Adicionar arquivo

Comprovante(s) adicionado(s)

Tipo	Valor	Ações
------	-------	-------

Página 11 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Após isto, bastar clicar em salvar.

services.mte.gov.br/empregador/#/qualidade-salario/publicacao/nova

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Tipo	Valor	Ações
A consulta não retornou resultados.		

Estabelecimento(s) selecionado(s)

CNPJ	Data da entrega	Declaração realizada por	CPF de quem declarou	Ações

Exibir 10 1-1 de 1 item

Página 1

Cancelar Salvar

### MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Insta salientar que há multa específica para o caso de não publicação do relatório de transparência no site.

A multa é de 3% (três por cento) da folha de salários do empregador, limitado a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos casos de discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

### LEI Nº 14.611 DE 3 DE JULHO DE 2023

“Art. 5º Fica determinada a publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados, observada a proteção de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

(...)

Página 12 de 13

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

§ 3º Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, será aplicada multa administrativa cujo valor corresponderá a até 3% (três por cento) da folha de salários do empregador, limitado a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos casos de discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.”

Em caso de dúvidas, entrem em contato conosco.

### **Notas importantes:**

- I. Caso algum dado informado neste documento não corresponda à realidade ou possua alguma incorreção, solicitamos que não aplique as posições aqui manifestadas e nos informem com os fatos concretos.
- II. Informamos que o presente Parecer foi realizado segundo nossa interpretação a respeito do tema, bem como aplicável exclusivamente na presente data, de modo que a empregadora poderá se deparar com interpretações/entendimentos divergentes, ou ainda mudança de posicionamento em datas futuras em virtude de oscilação de posicionamentos Jurisprudenciais ou Normas Legais, e ainda, disposições que alterem seu conteúdo por força de Norma Coletiva de Trabalho (Lei nº 13.467/2017).

Ao que nos cumpria, firmamo-nos.

Sem mais,

Atenciosamente,

**FIGUEIREDO FILHO**  
**SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA**  
**[www.figueiredofilho.com.br](http://www.figueiredofilho.com.br)**

Página **13** de **13**

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.